



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Programa da Unidade Curricular
FINANÇAS PÚBLICAS

Ano Lectivo 2024/2025

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito

2. Curso

DIREITO

3. Ciclo

1º

4. Unidade Curricular

FINANÇAS PÚBLICAS (02311)

5. Área Científica

6. Ano Curricular

1º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

2º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	
Aulas Práticas:	
Aulas Teórico-Práticas:	30,00
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos ECTS

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor GUILHERME VALDEMAR PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS

12. Assistentes

Prof. Doutora ANA SOFIA DE ASSIS PACHECO DA SILVA

13. Língua de Ensino

Português

14. Objetivos Gerais

Procura-se dar um conhecimento adequado e rigoroso do fenómeno financeiro público e da economia pública, com destaque para a génese e configuração de um Estado de Direito baseado no consentimento dos cidadãos contribuintes e para a compreensão das principais instituições de Finanças Públicas e Direito Financeiro. Por outro lado, procede-se a uma abordagem macroeconómica complementar da que foi realizada na cadeira de Introdução à Economia.

15. Objetivos Específicos

Trata-se de assegurar a estudantes do primeiro ano jurídico uma visão global das relações entre o Direito e a Economia Pública, de modo a que melhor compreendam a génese e o funcionamento das instituições do Estado de Direito a partir da perspectiva da escassez, da satisfação da necessidade e da afectação de recursos públicos e privados para a satisfação das necessidades individuais e colectivas.

16. Competências a adquirir

Dotar os alunos de conhecimentos básicos, mas sólidos, em matéria de Direito Financeiro.

17. Metodologia de Ensino

Pretende-se uma forte complementaridade entre a exposição teórica dos temas, de modo a que os conhecimentos apreendidos sejam rigorosamente tratados, e a abordagem prática, que permitam uma compreensão do fenómeno económico e financeiro



18. Conteúdos Programáticos

Capítulo I Conceito de Finanças Públicas. 1.1 Finanças públicas e finanças privadas. 1.2 O fenómeno financeiro público. 1.3 Poder e economia: ordenação, intervenção e atuação económicas. 1.4 Provisão pública de bens. 1.5 Regulação económica e escolha pública. 1.6 A escolha pública e a preservação da concorrência. 1.7 Grupos de interesse e defesa do interesse geral.

Capítulo II Contabilidade pública e contabilidade nacional 2.1 A oferta e a procura agregadas. 2.2 Contabilidade nacional. Conceitos fundamentais. 2.3 Despesa Nacional e Rendimento Nacional. 2.4 Produto Nacional Bruto e Líquido, a custo de fatores e a preços de mercado. 2.5 Consumo, Investimento e Gastos do Estado. 2.6 Rendimento Nacional, poupança e investimento. 2.7 O Orçamento do Estado, despesas públicas e receitas públicas. 2.8 Contabilidade de caixa e contabilidade de compromissos.

Capítulo III 3.1. Estado e atividade financeira 3.2. Decisão política e decisão financeira. 3.3. Estado e sociedade 3.4. Fontes de Direito Financeiro 3.5. Autonomia e natureza do Direito Financeiro.

Capítulo IV Estruturas e instituições financeiras 4.1 Estado e sector público. 4.2 O Sector Público Administrativo. 4.3 As formas de autonomia financeira. 4.4 Os subsectores administrativos. 4.5 O sector empresarial público. 4.6 Os subsectores financeiros: 4.6.1. A Administração Central; 4.6.2. A Segurança Social; 4.6.3. As finanças autárquicas; 4.6.4. As finanças regionais; 4.6.5. O sector empresarial; 4.6.6. As finanças da União Europeia. 4.7 Instituições financeiras. 4.8 Constituição financeira. 4.9 Os decisores financeiros. 4.10 A administração financeira. 4.11 O Património do Estado. 4.12 O Orçamento do Estado

Capítulo V O Orçamento do Estado 5.1 Conceito, origem e funções do Orçamento. 5.2 Orçamento e atividade financeira. 5.3 Funções do Orçamento. 5.4 Origens da instituição orçamental. 5.5 Princípios e regras orçamentais. 5.5.1. Unidade e universalidade; 5.5.2. Estabilidade orçamental; 5.5.3. Sustentabilidade das finanças públicas; 5.5.4. Solidariedade recíproca; 5.5.5. Equidade inter-geracional; 5.5.6. Anualidade e plurianualidade; 5.5.7. Discriminação (Não compensação; Não consignação e Especificação) 5.5.8. Economia, eficiência e eficácia; 5.5.9. Transparência orçamental. 5.6 Equilíbrio, défice e superávide. 5.6.1. Equilíbrio e saldo orçamental estrutural. 5.6.2. Do pensamento clássico ao pensamento de J.M. Keynes. 5.6.3. Critérios: clássico, do orçamento da tesouraria e do orçamento corrente. 5.6.4. A apreciação do equilíbrio orçamental. 5.7 Estrutura do Orçamento. 5.7.1. Conteúdo formal do Orçamento; 5.7.2. Conteúdo Substancial do Orçamento. 5.7.3. Elementos político, económico e jurídico. 5.7.4. A não aprovação do Orçamento. Consequências. 5.8 Preparação e aprovação do Orçamento. 5.8.1. Quadro constitucional e legal. 5.8.2. Competências do Governo e da Assembleia da República. 5.8.3. Processos de racionalização orçamental de previsão e execução. 5.9 Execução, controlo e responsabilidade orçamentais. 5.9.1. A execução do Orçamento. 5.9.2. Alterações orçamentais. 5.9.3. O Tesouro Público e a execução orçamental. 5.9.4. O Património do Estado. 5.9.5. Controlo financeiro e controlo orçamental. 5.9.6. Fiscalização e Responsabilidades financeiras e orçamentais. 5.9.7. O Tribunal de Contas. 5.9.8. As Contas Públicas e a responsabilidade financeira.

Capítulo VI. Receitas e Despesas públicas 6.1. Tipos de receitas: tributárias, patrimoniais e creditícias. 6.2. Impostos e taxas, tributação direta e indireta. 6.3. Regime das receitas e das despesas públicas (tipicidade qualitativa das receitas e quantitativa das despesas). 6.4. Efeitos



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

económicos das receitas e das despesas pública.

Capítulo VII Equilíbrio macroeconómico 7.1. Crescimento e desenvolvimento. 7.2. O modelo de pleno emprego. 7.3. A estabilidade dos preços. 7.4. O ajustamento ao ciclo económico. 7.5. Objetivos de política económica. 7.6. Os compromissos do âmbito da União Europeia. A União Económica e Monetária.

Ca

19. Métodos de Avaliação

Realização obrigatória de dois testes.

20. Recursos Didáticos

Para além do recurso à leitura da bibliografia recomendada, serão disponibilizados, na página da Universidade, os sumários desenvolvidos.

21. Objetivos de Sustentabilidade

- 1 - Promover o Estado de Direito e garantir a igualdade e a universalidade no acesso à justiça.
- 2 - Contribuir para a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

22. Palavras Chave

Fenómeno financeiro
Constituição financeira
Sustentabilidade das Finanças



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): - Franco, António L. de Sousa ,
Título: Finanças Públicas e Direito Financeiro
Edição: 4ª Ano: 2002
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): Ribeiro, José Joaquim Teixeira,
Título: Lições de Finanças Públicas
Edição: 5ª Ano: 1997
Local: Coimbra
Editora: Coimbra editora

Autor(es): MARTINS, Guilherme d'Oliveira; MARTINS, Guilherme Waldemar
d'Oliveira; MARTINS Maria d'Oliveira
Título: A Lei de Enquadramento Orçamental - Anotada e Comentada
Edição: 2ª Ano: 2009
Local: Coimbra
Editora: Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Trigo Pereira, Paulo; Afonso, António; Arcanjo, Manuela; Santos, José
Carlos Gomes
Título: Economia e Finanças Públicas
Edição: 5ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): Maria Eduarda Azevedo
Título: Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro
Edição: Ano: 2018
Local: Lisboa
Editora: Quid Iuris



UNIVERSIDADE LUSÍADA
LISBOA

Ficha técnica MIP / MIP Datasheet	
Título / Title	Programa da unidade curricular 'FINANÇAS PÚBLICAS': Ano Lectivo 2024/2025
Autor / Author	Prof. Doutor GUILHERME VALDEMAR PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS
Classificação / Classification	-
Descritores / Descriptors	-
Colaborador(es) / Colaborator(s)	-
Data Hora / Date Time	05-07-2024 13:38:00
Formato de dados / Data Format	Texto / Text, PDF
Estatuto de utilização / Usage	Acesso público / Public Access
Relação / Relation	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada, 2024	